

Educação Ambiental a Partir de uma Abordagem Crítica: Ferramenta para o Fortalecimento da Organização de Comunidades Ribeirinhas

Área Temática de Meio Ambiente

Resumo

O presente trabalho baseia-se no Projeto de Educação Ambiental nas Escolas das Populações Ribeirinhas do Alto Rio Doce na Zona da Mata de Minas Gerais, cujos objetivos são a conscientização ambiental de professores e alunos de escolas rurais e a capacitação para a gestão local, visando o desenvolvimento sustentável destas populações a partir de uma abordagem crítica. O projeto está sendo desenvolvido em uma escola rural no município de Guaraciaba-MG e em outra na sede do município de Pedra do Anta, uma vez que nestas escolas existe um número considerável de crianças oriundas de comunidades que já foram ameaçadas pela construção de barragens. Para tal estamos estimulando um concurso inclusivo de desenhos que serão utilizados para o diagnóstico sócio-ambiental e a partir dos quais serão selecionados os temas a serem contemplados com a realização de oficinas e outras atividades. Destarte, esperamos enriquecer a prática escolar na conscientização ambiental com base na experiência viva de um movimento popular que há anos luta pela defesa das populações atingidas; iniciar um processo proativo para a gestão ambiental das populações ribeirinhas e também reforçar os esforços anteriores na orientação das comunidades sobre os impactos sócio-ambientais e econômicos dos projetos de barragens.

Autoria

Franklin Daniel Rothman - P.Ph. Estado, Democracia, Política Energética e Agricultura Familiar

Cristine Carole Muggler - Ph.D.Ciências Ambientais.

Alexandre José Firme, Ms Ciência Ambiental

Maria das Graças Alves, graduanda em Geografia

Juliana de Oliveira, graduanda em Geografia

Instituição

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Palavras-chave: educação ambiental; populações ribeirinhas; hidrelétricas.

Introdução e objetivo

A crise ambiental e a sobrevivência do planeta têm sido assuntos bastante discutidos na atualidade. Neste debate, um dos consensos é a necessidade de disseminar entre as crianças e os jovens uma nova consciência e atitudes com relação ao cuidado com o planeta que habitamos. Assim, propostas de Educação Ambiental para as escolas vêm sendo formuladas por órgãos governamentais, e pelas redes de ensino públicas e privadas. Muitas destas propostas, entretanto, abordam a temática apenas formalmente, como mais um ponto nos já caóticos currículos escolares, esvaziando-a de sua importância política social e econômica. Em muitos manuais dedicados ao tema, os problemas ambientais são tratados de forma descontextualizada, omitindo-se os principais determinantes. Ora, uma das novidades do debate sobre meio ambiente em nível mundial é exatamente a intensa participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais.

Contraopondo-se aos discursos genéricos e aos planos oficiais dos governos, diversos grupos organizados têm trazido a público o ponto de vista daqueles mais diretamente afetados pela degradação ambiental e por um modelo de desenvolvimento predatório” (VIANNA, 1994:7). Nesse contexto, desde 1996 o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) do Alto Rio Doce de Minas Gerais, apoiado pelo MAB Nacional, pelo Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (nosso projeto de extensão) e pela nova ONG - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - NACAB, luta pela defesa de populações ameaçadas ou atingidas pelos impactos sócio-ambientais, econômicos e culturais de projetos de barragens hidrelétricas e a favor de alternativas energéticas e dos recursos hídricos. Inspirados na experiência bem sucedida de um projeto implementado no início da década de 90 pelo MAB-Sul e a ONG Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), acreditamos que o projeto irá contribuir para a consciência ambiental dos professores da rede pública e dos alunos e servir de modelo que possa ser implementado posteriormente em vários outros municípios da região. Além do mais, a interação escola-família, que será incentivada pelo projeto, garante que as famílias dos alunos serão beneficiárias, também, dos ensinamentos sobre educação ambiental nas escolas.

Segundo estudos de especialistas de Banco Mundial e o Relatório Final da Comissão Mundial de Barragens (WCD), durante as últimas quatro décadas, projetos de construção de grandes barragens tiveram impactos adversos, como o deslocamento e o empobrecimento de milhares de pequenos agricultores, a destruição de ecossistemas e dos importantes recursos pesqueiros, bem como a divisão desigual dos custos e dos benefícios.

Estimativas globais sugerem que, nos últimos 50 anos, cerca de 40 a 80 milhões de pessoas foram deslocadas devido a construção de barragens. No contexto dos processos de democratização no Brasil na primeira metade da década de 80, populações rurais afetadas protestaram contra a perspectiva dos impactos negativos dos projetos de barragens e, com o apoio de entidades da sociedade civil, se organizaram em movimentos regional e nacional, pressionando o Banco Mundial e o governo brasileiro a adotarem medidas de regulamentação. Assim, ocorre a adoção da legislação ambiental nacional em 1981, 1986 e 1987, surgindo a necessidade dos projetos de construção de barragem passarem por um processo de licenciamento ambiental, isto tornou um importante mecanismo de regulação pública do meio ambiente. Ao final da década de 80, o setor elétrico brasileiro reestruturou-se para cumprir os requisitos da legislação. No contexto da privatização e da nova reestruturação do setor elétrico brasileiro, durante a década de 90, o governo incentivou a formação de consórcios de empresas privadas para geração de energia elétrica para atenderem suas necessidades industriais.

Desta forma, diversos projetos de construção de barragens foram propostos na Bacia do Alto Rio Doce na Zona da Mata de Minas Gerais, e teve-se o início de vários processos de licenciamento ambiental nesta região. Pesquisadores, entidades da sociedade civil e líderes de populações locais afetados pelos novos projetos preocupavam com o fato de que no momento de privatização – no contexto político-institucional de desregulamentação – pudesse haver um retrocesso nos avanços na regulamentação do setor elétrico, o que levaria a ocorrência de sérios impactos sociais e ambientais nas comunidades afetadas.

Portanto, em 1996, na Universidade Federal de Viçosa – UFV foi organizado um projeto de extensão – composto por uma equipe multidisciplinar de professores e estudantes de graduação e pós-graduação em parceria com entidades da sociedade civil, como a CPT, a arquidiocese de Mariana, a ONG ASPARPI (Associação de Pescadores e Amigos do Rio Piranga). Estes elaboraram o projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens do Alto Rio Doce que tinha como objetivo prestar assistência técnica às comunidades afetadas, com enfoque na participação desses grupos no processo de licenciamento ambiental, em particular, na participação em audiências públicas e a realização de outras ações, tais

como: informar as comunidades direta e indiretamente afetadas sobre os planos e cronogramas para construção das barragens e os impactos sociais e ambientais que poderiam ser causados, buscou-se também colaborar com as comunidades no processo da organização de comissões e associações locais de atingidos contribuindo para a legalização destas associações e no processo de negociação com o empreendedor, houve uma tentativa de trabalho na perspectiva de capacitação das entidades representativas das populações atingidas para participarem na análise dos Estudos de Impacto Ambiental, preparando-as para as audiências públicas que seriam realizadas. Além destes, o grupo estimulava a interdisciplinaridade o que contribuía para a formação dos estudantes membros do grupo e buscava promover a cooperação do projeto de extensão universitária com entidades da sociedade civil (Igreja, ONGs, Movimento social), contribuindo, assim, para a eficácia e eficiência da assistência prestada às comunidades rurais atingidas. Este projeto de extensão alcançou bons resultados, dentre eles o indeferimento de dois projetos de construção de barragens em comunidades que através da ponte com a universidade surgida em decorrência da extensão obtiveram assistência técnica desde 1996.

Os dois municípios onde está sendo desenvolvido o Projeto de Educação Ambiental nas Escolas das Populações Ribeirinhas do Alto Rio Doce da Zona da Mata de Minas Gerais, Guaraciaba e Pedra do Anta foram ameaçados de serem atingidos pelas Unidades Hidrelétricas (UHEs) Pilar e Cachoeira da Providência, respectivamente. Em ambos os projetos as comunidades atingidas com o apoio do projeto de extensão, resistiram em suas terras mediante a participação no processo de licenciamento ambiental, tendo como resultado a desistência das empresas devido as várias condicionantes estabelecidas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM. A escolha destes municípios decorreu da ameaça ainda existente de retorno das empresas para construção de hidrelétricas, visto que a presente equipe de extensão parte do princípio que a Educação Ambiental é "um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais" (Conferência de Tbilisi, 1977, Geórgia).

O presente trabalho foi baseado no Projeto de Educação Ambiental nas Escolas das Populações Ribeirinhas do Alto Rio Doce na Zona da Mata de Minas Gerais que é um subprojeto do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens de Minas Gerais, tendo como objetivo a conscientização ambiental de professores e alunos de escolas rurais e a capacitação para gestão local, visando ao desenvolvimento sustentável rural de Populações Ribeirinhas da Bacia do Alto Rio Doce na Zona da Mata de Minas Gerais.

Espera-se a realização de um curso de Educação Ambiental para professores primários de áreas rurais a serem atingidas por barragens. Pois, acreditamos que mediante essa iniciativa, a prática escolar pode enriquecer-se na conscientização ambiental, com base na experiência viva de um movimento popular que há anos luta pela defesa de populações atingidas. Por outro lado, ao atuar nas escolas, o movimento popular também se enriquece ao exercitar o diálogo com um público mais amplo.

Especificamente, é esperada a participação ativa dos professores e alunos no processo de licenciamento ambiental no projeto de construção de barragem no município; iniciar um processo proativo de educação para gestão ambiental entre as populações ribeirinhas, nas duas comunidades onde anteriormente estudos deficientes para projetos de barragens foram indeferidos pelo órgão de regulamentação ambiental, visando à conscientização das formas de uso dos recursos naturais – especialmente os recursos hídricos e o solo estimulando e assessorando as comunidades serão na elaboração de projetos de ecoturismo e turismo rural, visando a gestão local dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável; intensificar os esforços anteriores e atuais das lideranças locais dos atingidos e do MAB, NACAB e do

projeto de extensão da UFV nas orientações dos alunos e de suas famílias, dos professores e das comunidades locais e do entorno sobre os impactos sócio-ambientais e econômicos de projetos de barragens, sobre o processo de licenciamento ambiental e outros meios de a comunidade ter voz e vez nas decisões sobre estes projetos de na região.

Especificamente, espera-se contribuir para a conscientização ambiental de 100 pessoas mediante educação ambiental informal, a formação de 20 professores em educação ambiental em três ou quatro escolas rurais nos dois municípios afetados por projetos de construção de barragem e o enriquecimento da experiência curricular de 300 alunos de escolas de ensino fundamental, objeto do curso piloto de educação ambiental para os professores.

Metodologia

Uma das primeiras atividades será um diagnóstico de como os alunos percebem o meio ambiente, se de maneira completa ou fragmentada, verificando quais espaços locais utilizam; para a partir do que eles sabem formarmos o conteúdo a ser trabalhado através da realização de oficinas. Este diagnóstico será estimulado por um concurso de desenhos inclusivo, onde todos serão contemplados ao serem utilizados para a elaboração de algum material de formação ou divulgação do Movimento dos Atingidos por Barragens. Posteriormente a realização dos desenhos os alunos serão estimulados a explicarem seus desenhos, contribuindo imensamente para a análise de sua percepção sócio-ambiental.

Faz-se importante ressaltar que, neste momento, para que seja feita uma análise da percepção dos alunos de maneira mais próxima da realidade, a não-intervenção dos professores é imprescindível. A expectativa é que a perspectiva de barramento dos rios e deslocamento das terras férteis ribeirinhas onde moram sejam questões que irão estimular a produção de conteúdos sobre recursos hídricos, solos, impactos sócio-ambientais de barragens, etc. Também serão desenvolvidas atividades tais como palestras, encenações e espaços de discussões.

Todas as atividades vêm sendo intercaladas com dinâmicas e brincadeiras de forma a promover a integração e aumentar a auto-estima dos alunos, professores e comunidade. O trabalho dirigido aos professores será realizado no segundo semestre tendo em vista a necessidade de escolher o conteúdo a ser priorizado a partir dos resultados dos trabalhos com os alunos. Este trabalho se dará em forma de capacitação para que possam dar continuidade as ações iniciadas, tornando possível o aumento do número de pessoas beneficiadas com este projeto, pois a equipe poderá levar o trabalho a outras escolas. Haverá a promoção de uma Educação Ambiental Comunitária através da realização de audiências públicas simuladas e da capacitação técnica tendo como objetivo a transformação da linguagem técnico-científica para que a população possa entender os Estudos de Impacto Ambiental - EIA e comparar as análises feitas nesses estudos às suas próprias percepções de suas realidade sócio-econômica e ambiental.

Resultados e discussão

O projeto de Educação Ambiental nas Escolas das Populações Ribeirinhas do Alto Rio Doce na Zona da Mata de Minas Gerais no qual foi baseado este trabalho encontra-se em andamento, este foi iniciado em abril de 2004, por isso apresenta poucos resultados, mas inúmeras expectativas.

O projeto está sendo desenvolvido, inicialmente, na escola rural Antônio Cassimiro da Silva na comunidade de Casa Nova no município de Guaraciaba-MG em uma área que seria atingida pela construção da UHE de Pilar e na Escola Municipal Doutor Raimundo Campos Viana Filho que encontra-se na sede do município de Pedra do Anta, mas que possui um grande número de alunos provenientes da zona rural que seria atingida pela construção da UHE Cachoeira da Providência, cujas populações são compostas, principalmente, por

pequenos produtores rurais – proprietários, meeiros e assalariados rurais – com uma renda média de um a dois salários mínimos. A grande maioria das propriedades utiliza mão de obra familiar, o que revela um claro modelo da pequena unidade de produção agrícola. Inicialmente foram feitos contatos informais e formais com as comunidades a serem beneficiadas sob orientação técnica e metodológica de professores da UFV e do NACAB, uma ONG legalizada em 2002, fruto do projeto de extensão de Assessoria as Comunidades Atingidas por Barragens na Bacia do Alto Rio Doce de Minas Gerais, iniciado em 1996 na UFV.

Durante todo o período houve negociações com o poder público dos municípios de Guaraciaba e Pedra do Anta buscando a realização de parcerias e estes apoiaram a iniciativa do projeto e permitiram que este fosse desenvolvido nas duas escolas municipais.

Para o desenvolvimento deste projeto fez-se necessário um aperfeiçoamento de técnicas com o coordenador e supervisor técnico deste projeto, Alexandre Vieira. Este treinamento se deu através da exposição de técnicas já utilizadas com sucesso por outros grupos. Foi feita uma explanação sobre o histórico da educação ambiental e a importância de se saber abordar o tema de maneira política, uma vez que essa é uma das essências deste projeto. As bolsistas também estão se capacitando em um curso oferecido pelo Programa de Educação em Solos e Meio Ambiente – PES para a instrumentação de professores nesta área. Estas já participaram de três oficinas cujos temas foram respectivamente Percepção da Paisagem; Minerais, Rochas e Solos e Solos e seus atributos. As oficinas foram importantes para a aprendizagem de metodologias de abordagem destes conteúdos com crianças e também com os professores. O concurso de desenhos que serão utilizados para o diagnóstico sócio-ambiental foi iniciado na Escola Antônio Cassimiro da Silva, em Guaraciaba, e na Escola Municipal Doutor Raimundo Campos Viana Filho, em Pedra do Anta onde já tivemos como produto 14 e 75 desenhos respectivamente. Em Guaraciaba, a interpretação dos desenhos pelas crianças já foi iniciada, nesta concluímos que o rio é muito marcante para a vida delas uma vez que foi um dos elementos que mais apareceu nos desenhos e o mais explicado por elas. Desta forma propusemos uma discussão sobre quais os benefícios que o rio pode trazer de bom para a vida delas e elas para a manutenção do mesmo, bem como os malefícios que o homem pode causar ao rio prejudicando a si mesmo. Assim chegamos aos seguintes resultados: o rio é importante, pois proporciona a pesca, o lazer, permite a reprodução de vários animais além de fornecer água para a limpeza, matar a sede e irrigar as plantas. Segundo as crianças o homem não deve jogar lixo no rio e não desmatar as suas margens. Quanto as ações maléficas do homem elas apontaram o seguinte: a poluição em suas diferentes forma, principalmente através do esgoto e de venenos tais como: formicidas, lesmicidas e principalmente o Roundap e construção de barragens que segundo os alunos irá causar a morte de muitos animais, de pessoas além de inundar a área onde vivem muitas famílias, beneficiando somente quem constrói pois estes ganharão dinheiro.

Diante disso, propusemos uma pesquisa sobre a história da comunidade de Casa Nova em relação aos seus aspectos naturais e sociais antes, durante e após o indeferimento do projeto Pilar. Esta pesquisa irá nortear a elaboração de uma pequena peça teatral com fantoches feitos com material reciclável pelas crianças, podendo ser apresentada em reuniões dos grupos de base da comunidade assim como em audiências públicas. No município de Pedra do Anta devido ao maior número de alunos a análise dos desenhos encontra-se em andamento. Porém já pode ser percebido que este projeto contribuirá muito para o despertar de uma consciência ambiental e o aumento da auto-estima destes alunos.

Referências bibliográficas

MEDEIROS, José César. Juventude e modernidade em Casa Nova: Reflexões a propósito de um projeto de barragem em Minas Gerais. Viçosa: UFV, 2002 (Tese do curso de mestrado em Extensão Rural).

ROTHMAN, Franklin D. e LOPES, Maria de Fátima (coord.) Estado, setor privado e populações locais: interação nos projetos de construção de barragens do alto Rio Doce de Minas Gerais. Relatório de Pesquisa – FAPEMIG projeto de pesquisa SHA 1183/96. Viçosa: UFV/CCA/DER, 1999 (mimeo).

SORRENTINO, M. Formação do Educador Ambiental: um estudo de caso. 1995. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo/Faculdade de Educação.

VIANA, Romilda de Souza. O Projeto UHE Cachoeira da Providência: Uma abordagem etnográfica dos efeitos sobre a população rural. Viçosa: UFV, 2000 (Tese do curso de mestrado em Extensão Rural).

VIANNA, A. et al., equipe de redação, Educação ambiental: uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade. 2.a edição. Rio de Janeiro: CEDI E CRAB (Movimento de Atingidos por Barragens), 1994:7.